



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17709 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS DE PROFESSORALIDADES FEMININAS NA PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: PISTAS INICIAIS

Maria Clara Fortes Silva - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Ana Lucia Gomes da Silva - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Nicélia Lima Alves dos Santos - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS DE PROFESSORALIDADES FEMININAS NA PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: PISTAS INICIAIS

Autor

Co autor

Co autor

Resumo: O presente tem como objetivo central apresentar as narrativas de mulheres-professoras-estudantes, como pistas que apontam para os desafios e enfrentamentos de professoralidades femininas na Pós-Graduação *stricto sensu*. Toma a paisagem do mestrado profissional em educação e diversidade, como caminho para produzir a narrativa cartográfica. Adota o método cartográfico na interface com o dispositivo da auto-cartografia, para mapear as experiências individuais e coletivas como pistas da produção cotidiana da permanência dessas mulheres-estudantes-mestrandas, no cotidiano do primeiro semestre do curso. As pistas-resultados apontam como centralidade: o desafio da organização do tempo para se manter no mestrado, e como estratégia de resistência às lutas pela consolidação de direitos, como as licenças para realização da formação docente e ausência de políticas afirmativas que contribuam para assegurar a permanência

das mulheres no programa, sobretudo considerando as intersecções de raça e classe.

Palavras-chave: mulheres, cartografia e pós-graduação *stricto sensu*.

1 INTRODUÇÃO

O censo escolar de 2022 revelou que a maioria dos profissionais de educação do país são mulheres, a docência brasileira na educação básica de fato é feita por elas, no corpo docente da educação básica, 79,2% são professoras. (Brasil, 2022) Os processos de dominação existentes historicamente, como a divisão sexual do trabalho se constitui num mecanismo basilar na manutenção social da desigualdade entre homens e mulheres, utilizando-se da superficialidade dos argumentos biológicos, para naturalizar “simbólica” (Bourdieu, 1997) e estruturalmente a lógica de dominação em dimensões “interseccionais” considerando a “inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”. Akotirene (2019, p.14)

Sob a ótica de manutenção hegemônica, através dos sofisticados mecanismos de dominação, se determina socialmente os espaços de atuação das mulheres, e principalmente das mulheres negras. A docência se constituiu no Brasil como um desses espaços possíveis, mas não em sua totalidade. A docência universitária ainda é um lugar marcado pela atuação dos homens, no geral. Mas no programa que tomamos como espaço deste estudo, as mulheres são maioria no quadro docente, perfazendo 66,6% do total, tendo negros e pardos, seguidos por brancos e indígenas, conforme apontam os dados do relatório sucupira, Capes (2022).

Na educação básica há uma maioria de mulheres, como mostram os dados do censo da educação básica de 2022. Do total, 79,5% (1,9 milhão) são mulheres. Além disso, o censo registrou mais de 144 mil profissionais em cargos de direção, sendo 81,6% (cerca de 117 mil) diretoras. (Brasil, 2023). Entretanto, nesse contexto, obter formação em exercício no nível *stricto sensu* para as mulheres é algo ainda para poucas professoras da educação básica, e para as que conseguem acesso, a permanência nos programas é bastante desafiadora.

Assim, surge a questão que nos move aqui: Quais os principais desafios

das mulheres-professoras-estudantes, em um mestrado profissional e como vislumbram sua permanência no curso? Através desse ensaio, buscamos ouvir as vozes das mulheres-professoras-estudantes, trabalhadoras da educação básica, que no percurso da constituição das suas “professoralidades” (Pereira, 2016), sentem a necessidade de rasurar os pressupostos dominantes, através da Pós-Graduação *stricto sensu*. Ouvimos três estudantes do mestrado profissional em educação e diversidade, somadas as nossas próprias narrativas como estudante da referida turma e como docente que foi estudante também numa universidade pública, com desafios semelhantes.

Todas as participantes se declaram mulheres pardas, e todas são oriundas de universidades públicas em sua formação inicial para docência. Não se pronunciaram quanto a suas orientações sexuais, mas destacaram a classe, a raça e o gênero como intersecções que acirram os desafios de permanência no programa. As participantes ao serem questionadas se gostariam de ter seus nomes no texto, indicaram que embora o artigo 9º da Resolução 510 de 07.042016, assegure os nomes, se assim for da vontade do sujeito participante, preferiram codinomes de feministas negras que são referências para elas, sendo aqui nomeadas como: bell hooks, Angela Davis e Patricia Hill Collins.

2 Metodologia como processo e experimentação cotidiana

2.1 Caminhos metodológicos

Tomamos como pista-paisagem o método cartográfico na interface com auto-cartografia, para mapear as paisagens das experiências, que se fazem no cotidiano do curso. Nessas linhas dialógicas, tecemos nossa própria narrativa, intercalando-a com a das outras participantes, seguindo as “pistas do método cartográfico” (Kastrup e Escóssia, 2015), para mergulhar na processualidade dos acontecimentos, nos implicando num desafiador movimento de “escrita encarnada” Dall'igna (2023), tomando ainda como orientador o conceito de professoralidade em Pereira (2016), trazemos, para captar as interfaces das forças subjetivas, como elemento propulsor para uma escuta-escrita compartilhada, o dispositivo da escuta sensível com pistas-motrizes para que as estudantes narrassem sobre os desafios

enfrentados no primeiro semestre no programa e quais estratégias têm adotado para realizar o enfrentamento aos desafios.

Paisagem aqui tomada como imagens que nos mobilizam na produção de subjetividades a fim de visibilizar as narrativas, como nos anuncia Maurício Pereira (2014), buscando imagens que nos são atribuídas no conjunto das relações sociais, pessoais e profissionais. Imagens como construções sócio-históricas, culturais, estéticas e políticas do outro, que por vezes limitam, invisibilizam, reduzem e tipificam. São estas imagens que objetivamos desfazer e desinvisibilizar em nossas constituições das professoralidades femininas e feministas.

Concebemos aqui a experiência como formação inspiradas em nossas trajetividades de docência feminina e feminista, ciente do que nos alerta bell hooks (2017) sobre a universidade e seus cotidianos desafios entre os pares.

[...] A academia não é o paraíso, mas o aprendizado, é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas suas limitações continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, exigir de nós e de nossas camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginemos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade (hooks, 2017. p. 273.)

É sobre uma educação em rede colaborativa que nos pautamos e por ela lutamos e narramos nossa experiência, a fim de nos auto avaliar, refletir coletivamente sobre nossa formação em exercício, e os atravessamentos interseccionais que nos afetam no cotidiano da universidade, considerando que ela é produzida por todas e todos nós, mulheres e homens, a fim de forjar uma pedagogia universitária que possa transgredir, borrar e rasurar os mecanismos de controle e burocracia, como se apenas burocratizar assegurasse a transparência das ações e aplicações dos recursos.

2 Resultados da pesquisa - Pistas das narrativas

Nessa paisagem, trazemos também a nossa própria experiência, o olhar de quem está inserida profissionalmente em uma instituição de ensino que representa um recorte da realidade do país, onde as instituições de nível superior e/ou com melhores condições de trabalho e remuneração, ainda contam com maior

percentual de docentes homens. Trabalhando em um contexto educacional que promove educação em nível técnico e superior, um dos grandes desafios é o de estar sendo pedagoga, a pessoa também responsável por orientar pedagogicamente profissionais que em boa parte não foram formados inicialmente para atuar na docência, e que desenvolvem suas professoralidades a partir do fazer profissional. Em um cenário tão complexo, os desafios do cotidiano nos impulsionam para buscar constantemente formação, o mestrado profissional é a materialização dessa necessidade.

Ao questionarmos sobre as motivações das participantes, perguntamos: Por que você decidiu prosseguir na formação docente através de um curso de mestrado? As narrativas das colegas ressoam em nós, e sem dúvidas a necessidade de uma melhor qualificação para o exercício profissional é um motivo importante. Para a participante bell hooks: “Vejo a formação continuada como um lugar de resistência, um espaço de esperar. Uma forma de não sucumbir às mazelas que frequentemente vem desmontando a Educação Pública do País”.

Percebemos que esse entendimento também nos atravessa, à medida que as experiências do exercício profissional nos convocam à resistência. Muitas são as ocasiões que as estruturas dominantes reverberam sobre o estar sendo pedagoga, com todos os estereótipos que a profissão traz em si. Para uma pedagoga, a formação *stricto sensu* é de fato uma possibilidade de resistência, já que as experiências cotidianas, em algumas ocasiões, são impregnadas por descrédito para com a profissão. Em exercício já escutamos: “as pedagogas passam a mão pela cabeça”, “você vai ser denunciado para o pedagógico”, “as pedagogas perseguem os professores”, “as pedagogas se importam demais com a vida pessoal dos estudantes”, tais falas são exemplos do quanto precisamos estar amparadas por um arcabouço teórico e prático robusto, para constante defesa de uma educação “emancipadora” (Freire, 2001).

Também questionamos as colegas acerca dos desafios: Observando a partir de sua condição de mulher-professora-estudante, quais são os maiores desafios para sua permanência e êxito no curso de mestrado profissional em educação e diversidade? A organização do tempo é apontada por todas nós como o maior de todos os entraves. Para participante Patrícia Hill Collins:

“Meu maior desafio tem sido a falta de apoio/organização na busca por um equilíbrio entre as tarefas domésticas, os estudos e o trabalho. Optar pelo estudo em universidade pública, apesar de não ter um vínculo efetivo de

trabalho, tem sido extremamente difícil, já que é uma atividade que demanda tempo e dedicação e que precisa ser ajustada de acordo com as demais atividades."

Equilibrar as necessidades domésticas, que recaem socialmente sobre as mulheres, principalmente sobre as mães, as complexas demandas de trabalho nos contextos escolares e a densidade teórica do mestrado nos parece uma equação irresolúvel, onde a prioridade de um aspecto, pode desequilibrar os demais. A participante Angela Davis ainda aponta um outro desafio: "Recurso financeiro para comprar livros e custear a participação em eventos importantes". Além do impossível esticar temporal, o desejo de se aprofundar na grande qualidade teórica que o curso nos oferece, pode ser constantemente tolhido pelas realidades financeiras e pessoais.

Apesar dos desafios claros e de complexa resolução, temos empreendido estratégias de resistência, desde a busca por suporte psicológico através de terapia, passando por estratégias de organização de estudo. Nesse sentido, surge: O que você consegue enxergar como possibilidades de resistência para prosseguir até o final do curso? As colegas apontam a busca por seus direitos através da licença capacitação, como principal estratégia para permanência: "Primeiramente conseguir afastamento da sala de aula para poder estudar. Continuar a exercitar a resiliência e buscar assegurar e ter acesso aos direitos que tenho." (bell hooks). A participante Ângela Davis diz: "A licença para estudo, solicitada ao Estado, e negada. Requerida por via judicial, aguardando resultado".

A luta pelas vias judiciais, como bem empreendeu Ângela Davis, é um formato muito potente de resistência, sobretudo se contar com engajamento coletivo. Acreditamos ser imprescindível que profissionais ávidos por uma formação que reverbera em toda comunidade, possam garantir seus direitos junto às redes de ensino. Um caminho possível para dar suporte a esse pleito é o estabelecimento de parcerias para orientação jurídica. Importante destacar que temos um curso de bacharelado em Direito no mesmo departamento onde o nosso curso de mestrado profissional é ofertado, e que talvez as estudantes, os estudantes, e docência do curso de Direito possam contribuir com orientações jurídicas, através de uma parceria institucional entre os cursos, produzindo um sistema concreto de referências e direcionamentos, seja através de materiais, produtos, ou até mesmo encontros.

Um outro ponto citado como estratégia de resistência, se inscreve nas dimensões coletivas, tecidas numa prática pedagógica im(plic)ada, que articula docentes e discentes do programa, na busca de formas e modos de habitar a docência em codocência horizontalizada e humana, como nos ensina Paulo Freire (2001) e bell hooks (2017) para promover a permanência no curso.

Percebemos no decorrer do primeiro semestre, a implicação das professoralidades que compõem o programa com o público envolvido no mestrado. Isso se evidencia tanto no trato cotidiano, quanto nos percursos metodológicos adotados. Nesse sentido, a participante que traz o codinome Hill collins, diz que: “A flexibilidade de entrega das atividades, o apoio dos colegas e professores têm sido essenciais para prosseguir com os estudos”. Flexibilidade, junção de atividades como estratégia avaliativa para mais de um componente curricular de modo a aprofundar concepções e conceitos e não apenas para a ampliação do texto de pesquisa, prioridade para produção escrita, oficinas contextualizadas, participação de convidadas, orientação coletiva e codocência, exemplificam bem o olhar sensível para enfrentar os desafios postos.

É preciso destacar, que apesar de todos os enfrentamentos individuais e coletivos demonstrados, do dar as mãos numa grande roda cotidiana, ainda é necessário um maior suporte institucional, que deverá ser adotado pelas dimensões administrativas e curriculares. Nas realidades administrativas, nos inquieta tanto o escasso suporte técnico-administrativo para um curso da representatividade de um mestrado profissional em educação e diversidade nos territórios que atende, quanto às dificuldades nos recursos, que se demonstram desde o acesso à internet de baixa qualidade, até demandas mais complexas como a oferta de bolsas.

No tocante aos aspectos curriculares, nos provoca a oferta de componentes com matrizes próximas, mas com cargas horárias totalmente distintas, tendo as intersecções temáticas, epistemológicas e teóricas se consolidado exclusivamente através das práticas docentes, elaboradas por professoras atentas às realidades estudantis, que apontam para um planejamento em codocência e efetivamente integrado, tanto nas avaliações interdisciplinares, quanto na abordagem em rede colaborativa, embora ainda tenhamos percebido ao longo do semestre, algumas ações docentes insularizadas e marcadas por concepções mais metrificadas e instrumentais, o que aponta para a necessidade da formação do quadro docente para o desenvolvimento profissional de uma educação efetivamente plural, diversa

como fomentadora de justiça social, epistêmica e curricular num programa que se quer inclusivo, anticapacitista, atilgbtfóbico, antirracista, antietarista, em que as diversidades sejam concertizadas e não apenas retóricas.

Ao questionarmos as participantes sobre o suporte institucional, que observe as condições de mulher-professora-estudante, a participante Angela Davis diz:

Acredito que a instituição observa com cautela os estudantes do curso, a fim de aplicar as políticas de permanência, sobretudo aquelas voltadas para aqueles que se encontram em vulnerabilidade por questões financeiras e/ou raciais. No entanto, acho que seria interessante incluir estratégias de resistência/permanência para mulheres em suas condições - professoras, mães, cuidadoras, etc. - a fim de promover um espaço de pertencimento ao meio acadêmico.

Não há fórmulas prontas para o desenvolvimento dessas estratégias, e como Angela Davis destacou, é necessário reconhecermos o zelo e vanguarda da instituição, na garantia de acesso a públicos socialmente vulneráveis, ao passo que como estudantes ainda percebemos lacunas nas esferas de permanência e êxito, sendo que as estratégias por nós experienciadas são demarcadas de modo mais destacado na atuação docente, do que nas dinâmicas administrativas e institucionais.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: movimentos de reexistência

Ao trazermos as narrativas das mulheres-professoras-estudantes que empreendem os caminhos da Pós-Graduação *stricto sensu*, através do curso de mestrado profissional, evidenciamos que a presença delas nessa modalidade de ensino é um grande movimento de resistência e reexistência. As mulheres-professoras-estudantes que buscam um nível mais robusto de formação através de um curso de mestrado, enfrentam muitos desafios em seus cotidianos, sendo a organização do tempo o maior deles. Conciliar o trabalho docente, o trabalho nos contextos escolares, a carga teórica necessária a um programa de mestrado, e as realidades sociais do ser mulher no Brasil constitui um desafio altamente complexo, permeado pelas interfaces das relações de dominação e manutenção social.

Mesmo assim, ao acessarem um curso de pós-graduação *Stricto-sensu*, as mulheres-professoras-estudantes fazem a resistência necessária a essas

estruturas, empreendendo estratégias de enfrentamento, seja através da judicialização para licenças, da reorganização pessoal dos seus modos de aprender, ou da sororidade, dando-se as mãos constantemente, em trocas de afetos e sustentos subjetivos que fortalecem e engajam. As formas de resistência se inscrevem tanto no território discente, quanto no docente, sendo as professoralidades que formam o programa de mestrado profissional, potentes fomentadoras de estratégias de permanência e êxito.

Nesse sentido, destacamos a necessidade de um maior suporte institucional nas esferas administrativas, sobretudo das pró-reitorias de ações afirmativas e estudantis, bem como a análise das possibilidades de revisão curricular, ratificando o currículo experiencial, que já vem sendo praticado pelas professoralidades do/no programa, a fim de garantir sequencialmente as finalidades e objetivos previstos no regimento, e na própria concepção, independente dos docentes e discentes que venham a compor o programa.

Para um maior aprofundamento deste estudo e análise das especificidades enfrentadas por mulheres-professoras-estudantes, apontamos a ampliação de espaços para escuta sensível daquelas (discentes e docentes) que vem empreendendo à resistência, com mais reuniões, encontros, fóruns e espaços de discussão, essas ações podem constituir pontes para ampliar as estratégias institucionais de permanência e percurso educativo com êxito. Advogamos por ações que se distanciem do sacrifício pessoal, dos esforços individuais, que simplesmente fortalecem a meritocracia, mas que realmente olhem para a complexidade coletiva enfrentada por esse público para acessar e permanecer no mestrado profissional.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. Plataforma Sucupira. Versão Beta. 2024. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 11/07/2024

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**. A educação como prática da liberdade. –

2.ed.- Editora WMF Martins Fontes, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2023.

RELATÓRIO. *COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGED*, 2022. [mimeo].

DAL'IGNA, Maria Cláudia. *Nós da docência*. Pimenta cultural, 2023.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PEREIRA, Marcos Villela. *Estética da professoralidade: um estudo crítico sobre a formação do professor*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2016.

PEREIRA, Maurício Matos dos Santos; CARRASCOSA, Denise. *Cartografias da subalternidade: diálogos no Eixo Sul-Sul*. Salvador: EdUFBA, 2014, p. 201-216.